

A CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR NA REVISTA VEJA: IMPrensa, EMPREITEIRAS E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

*MENDES JUNIOR CONSTRUCTION IN VEJA MAGAZINE: PRESS, CONTRACTORS
AND CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL*

Edina Rautenberg¹

Resumo: Este artigo procurou problematizar as relações entre as empresas da construção civil e a ditadura civil-militar brasileira, em especial, as relações entre estas e a imprensa. Partimos da análise da revista *Veja* enquanto aparelho privado de hegemonia e sua atuação e posição em relação a uma empresa da construção em específico, a Construtora Mendes Júnior, que, como verificamos, teve grande destaque nas matérias da revista. O artigo demonstra as formas utilizadas por *Veja* de legitimar a participação da construtora nas grandes obras da ditadura brasileira, além de atuar enquanto defensora quando a empresa teve seus interesses feridos.

Palavras-chave: Revista *Veja*, Ditadura civil-militar brasileira, Empreiteiras, Construtora Mendes Júnior.

Abstract: This article search to problematize the relation between the construction companies and civil-military dictatorship in Brazil, in special, the relation between these and the press. We start from the analysis of *Veja* magazine while as private apparatus of hegemony and its performance and position in relation to a construction company in special, the Mendes Junior construction company, which as we see, has great prominence in the pages of magazine. The article demonstrates the ways used by *Veja* to legitimize the participation in major construction works of the Brazilian dictatorship, besides acting as a defender when the company had injured their interests.

Keywords: *Veja* magazine, Civil-military dictatorship in Brazil, Contractors, Mendes Junior Construction.

¹ Mestre em História pela Unioeste. Email: edina_rg@hotmail.com

A CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR NA REVISTA *VEJA*: IMPRENSA, EMPREITEIRAS E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

O desenvolvimento deste trabalho partiu da hipótese de que, durante o período da ditadura civil-militar², a revista *Veja* teve vínculos de classe com um setor específico do capital nacional: as empresas de construção civil. Estas constatações surgiram quando, em pesquisas anteriores³, levantávamos as matérias de *Veja* sobre as “grandes obras” construídas no período da ditadura civil-militar. O objetivo era analisar o discurso da revista sobre a construção da Ponte Rio-Niterói (que ligaria os municípios de Niterói e Rio de Janeiro, separados pela baía da Guanabara), da Rodovia Transamazônica (cujo “objetivo” era integrar o Norte e o Nordeste do Brasil, e que cortava os estados da Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas), e da Usina Hidrelétrica de Itaipu (construída em parceria com o Paraguai, localizada no oeste paranaense).

O que norteava o trabalho era a problematização das relações entre imprensa e ditadura para além dos mecanismos da chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que, como demonstra Sérgio Caparelli⁴, preconizavam um controle dos meios de comunicação pela censura e sua

utilização em campanhas de propaganda política sistemática. O trabalho de Caparelli é de suma importância para evidenciar a relação entre Estado e ideologia política dos meios de comunicação e a atuação das indústrias culturais na aceleração do ciclo de capital através da publicidade e da dominação cultural. No entanto, as várias pesquisas realizadas sobre a revista *Veja* durante o período da ditadura civil-militar, nos comprovaram que a relação de *Veja* com os governos militares foram muito além da subordinação, forçada pela censura ou outros mecanismos “repressivos” utilizados pela Escola Superior de Guerra (ESG) através da DSN. Nossas pesquisas apontaram para a existência de uma consonância de projetos entre a Editora Abril e a ditadura, sendo possível perceber nas matérias de *Veja*, as várias posições de apoio às medidas ditatoriais e ao governo imposto.

No caso da pesquisa em questão, percebemos a contribuição “espontânea” de *Veja* na propaganda da ditadura, realizando matérias altamente positivas sobre as obras e as associando ao “Brasil Grande”, e ao desenvolvimento e progresso que estariam sendo propiciados pela ditadura. No entanto, o que mais nos chamou atenção durante os levantamentos, foi a ênfase que a revista deu às empresas que estavam construindo estas obras, chegando, em alguns casos, a construir matérias para “descrever” a trajetória de determinada empresa⁵.

Como demonstra Sônia Mendonça, a principal especificidade do capitalismo no Brasil é a profunda interferência do Estado

² O conceito de “ditadura civil-militar” é baseado nas formulações realizadas por René Dreifuss, no livro “1964: a conquista do Estado”, onde ele comprova que o golpe de abril de 1964, bem como a ditadura que se impôs logo após, foi organizada principalmente por organizações civis, agências e agentes criados e utilizados pelos interesses multinacionais e associados, através do complexo IPES/IBAD, que responderiam ao desenvolvimento da sociedade brasileira. Por isso da necessidade de atentarmos não só para uma ditadura composta por “militares”, e sim, também por civis. (DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. 6ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006).

³ Em especial Pesquisa de Iniciação Científica nos anos de 2007-2008.

⁴ CAPARELLI, Sérgio. *Ditaduras e Indústrias Culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai*. (1964-1984). Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1989.

⁵ Como o caso da edição 101, de 12/08/1970, quando ao anunciar a vitória da construtora Mendes Júnior na licitação para construção de um dos trechos da rodovia Transamazônica, *Veja* dedicou uma matéria para narrar a “história” da construtora.

na sua constituição⁶. Esse papel foi exercido não apenas através das funções fiscais e monetárias do Estado ou do controle do mercado de trabalho, ou de sua função de provedor dos chamados bens públicos. Mas, como demonstra José Serra, o papel principal do Estado esteve, sobretudo, na definição, articulação e sustentação financeira dos grandes blocos de investimento que determinaram as principais modificações estruturais da economia⁷. Segundo Mendonça, muito além de mero coordenador da economia, o Estado transformou-se, no Brasil, em investidor⁸. No contexto da ditadura militar, é possível perceber o papel do Estado no impulso à industrialização, propiciando a criação de infra-estrutura necessária à indústria pesada, e também no impulso às obras públicas para ampliar e melhorar o raio de ação do capital. A época do chamado “milagre econômico brasileiro” foi marcada pela proliferação dos grandes projetos de infra-estrutura, reforçando o slogan político de “Brasil Potência”.

Diversos estudos econômicos sobre a Indústria da Construção destacam o papel influente da construção como vetor impulsionador do crescimento econômico, devido o tamanho do seu produto como proporção do valor adicionado total das atividades, seu elevado efeito multiplicador de renda e emprego e sua interdependência estrutural⁹. Segundo Luciene Pires Teixeira,

“a indústria da construção é um vetor que move a demanda de muitos outros setores da economia e, só por isso, exerce um papel de grande relevância na economia como um todo”¹⁰. Isto por causa das suas relações intersetoriais (seu produto afeta direta e indiretamente muitas outras indústrias e, em última instância, o produto nacional); o uso intensivo da força de trabalho humano nos locais das obras e instalações; complementa a base produtiva e cria externalidades positivas que aumentam a produtividade dos fatores de produção e incentivam as inversões privadas, sendo estratégica para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer economia nacional ou local.

Como todos os planos de desenvolvimento infra-estutural do Estado necessitam de equipamentos e maquinarias produzidos pelo setor de bens de capital, é possível afirmar a existência de conexões íntimas deste setor com a burocracia estatal e com as atividades de planejamento governamentais. Segundo Eduardo Cesar Marques, “as relações entre as empreiteiras, os órgãos estatais e as classes políticas sempre foram muito íntimas e complexas, sendo comuns os exemplos de relação direta dos empreiteiros com os próprios chefes do executivo”¹¹.

O trabalho de Renato Boschi demonstra a representação dos interesses do setor de bens de capital no aparelho de

⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1985. p.13.

⁷ SERRA, José. *Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra*. IN: BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (Org.). **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**. Ensaio sobre a crise. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

⁸ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**. Op. Cit. P.13.

⁹ Entre elas destacamos os trabalhos de: CHAVES, Marilena. A estrutura da indústria da construção no Brasil. IN: **Revista Análise e Conjuntura**. Vol.1,

nº02 – 1986. Disponível na Fundação José Pinheiro, no site: www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewarticle.php?id=19; e TEIXEIRA, Luciene Pires. **A indústria de construção brasileira sob a ótica da demanda efetiva**. Tese de doutorado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Minas Gerais, 2009.

¹⁰ TEIXEIRA, Op. Cit. P.02.

¹¹ MARQUES, Eduardo Cesar. **Redes Sociais e permeabilidade do Estado**: instituições e atores políticos na produção da infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro. Tese de doutorado em Ciência Política – Universidade Estadual de Campinas, 1998. P.134.

Estado através da ABDIB (Associação Brasileira para o Desenvolvimento das Indústrias de Base), avaliando as interações da associação com o setor público em termos de canais de acesso ao Estado e estilos de mediação e também em termos de resultados de políticas para as empresas que a ABDIB representa¹². Boschi constata em seu trabalho que, durante 13 anos de regime autoritário, a ABDIB desenvolveu, em grande parte, relações pessoais com funcionários governamentais em agências descentralizadas da administração federal para a negociação de interesses relacionados às atividades de importação/exportação¹³.

Outro ponto interessante a se ressaltar sobre a ABDIB é importância desta para o fortalecimento da burguesia brasileira, o que não significou a repulsa ao capital multinacional. Gervásio César Júnior em sua pesquisa sobre a revista *Visão*¹⁴, constatou que a revista, dirigida pelo empresário Henry Maksoud¹⁵, compartilhou do projeto defendido pela ABDIB. O foco de *Visão*, segundo César Júnior era organizar a burguesia brasileira, mas sem entrar em conflito com o capital externo. O objetivo era barrar as importações de equipamentos que podiam ser fabricados no Brasil, o que não impedia que estas empresas multinacionais viessem a se

instalar no país. Maksoud é analisado por Gervásio pelo seu posicionamento enquanto um divulgador do pensamento de Frederick August von Hayek no Brasil. Segundo Gervásio César Júnior, Henry Maksoud utiliza-se de *Visão* para agir enquanto um aparelho privado de hegemonia a favor de um projeto neoliberal para o Brasil já nas décadas de 1970. Isto porque o complexo empresarial de Maksoud contava com um número diversificado de empresas, entre elas a empresa de engenharia de projeto Hidroservice. É através da Hidroservice que Maksoud participa da ABDIB. Como integrante da associação, Maksoud utiliza a revista *Visão* (cujo público alvo era a classe burguesa brasileira) para reproduzir as aspirações da ABDIB nos rumos da economia do Brasil. A atuação de Maksoud e de *Visão*, como demonstra Gervásio César Júnior, se dá através de várias frentes, entre elas no apoio à Campanha Antiestatizante, que são fundamentais para a difusão do neoliberalismo no Brasil. Segundo o autor, *Visão* agiu enquanto um agente organizador do projeto neoliberal para o Brasil, já na década de 1970, tendo em vista que este projeto beneficiaria a associação empresarial à qual Maksoud se articula, bem como os interesses do próprio complexo empresarial (ligado ao setor hidráulico) de propriedade do empresário. Importante ainda lembrar que a Editora *Visão* publicava a revista técnica “O Dirigente Construtor”, considerada a segunda revista de maior circulação sobre o setor de construção no país, que, ao lado da revista “O Empreiteiro”¹⁶, “tinham uma circulação

¹² BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P.129.

¹³ Idem. P.200.

¹⁴ CÉZAR JUNIOR, Gervásio. **Revista Visão: construção, organização e difusão do projeto neoliberal no Brasil na década de 1970**. Dissertação de Mestrado em História pela Unioeste. Marechal Cândido Rondon – PR, 2011.

¹⁵ *Visão* é parte de um complexo e heterogêneo grupo empresarial pertencente a Henry Maksoud. Este diversificado complexo de empresas privadas continha desde empresas de engenharia até uma rede de hotéis de luxo. Um de seus principais empreendimentos é a empresa de engenharia de projetos e gerenciamento de obras Hidroservice.

¹⁶ Cuja iniciativa de lançamento se dá pelos irmãos Luna Pedro, Ernesto de Luna e Pedro Bandeira de Luna Filho, jornalistas que aparentemente não tinham vínculos acionários com empreiteiros. Posteriormente a revista passa para a editoria de Joseph Young, chefe do serviço de informações da Caterpillar de São Paulo. O Empreiteiro é usada como instrumento

entre as empresas, mas também – e, talvez, principalmente – nas autarquias contratantes de obras públicas e entre parlamentares, políticos e ocupantes de cargos de poder executivo”¹⁷.

Alguns dos trabalhos que nos ajudaram a pensar a relação entre imprensa e empreiteiros foram a biografia de Samuel Wainer, “Minha razão de viver”, onde o autor traz testemunhos de como se dava a relação entre empreiteiros de obras públicas e jornais de grande circulação. Wainer aponta para as relações do jornal “Última Hora” com Getúlio Vargas e, em especial, a presença dos empreiteiros como “figura indispensável à decifração dos segredos do jogo do poder no Brasil”¹⁸ a partir da década de 1950. No caso do Última Hora, após Wainer se ver envolvido com altas dívidas junto ao Banco do Brasil, este aceita uma “ajuda” de Marco Paulo Rabello, dono da construtora Rabello, que passa a ser acionista do jornal. Como demonstra Wainer, os empresários da construção civil “compreenderam que valia a pena contar com jornais amigos, com a cumplicidade da imprensa”,¹⁹ e passaram a influenciar com grande força nas linhas editoriais de jornais e revistas.

Outro trabalho importante neste sentido foi o de Renato Boschi, “Elites industriais e democracia”, onde o autor atenta para a importância em se “considerar

como o setor de bens de capital faz uso dos meios de comunicação”²⁰. Analisando o “Jornal do Brasil”, o autor concluiu que a maior visibilidade dada pelo jornal a este setor é característica de que

Os empresários no setor de bens de capital tendem a ser considerados como porta-vozes dos segmentos mais organizados da elite industrial no Brasil. Tal papel coloca-os numa posição estratégica no que se refere às possibilidades de mudança do regime brasileiro, na medida em que sua opinião adquire um peso fundamental em termos da consideração pública e governamental²¹.

Boschi demonstra a capacidade do setor de bens de capital de conferir visibilidade nacional, através dos meios de comunicação, assumindo posições mutáveis em relação ao controle burocrático estatal sobre a iniciativa privada e a participação do capital estrangeiro. Apesar de o levantamento de Boschi no “Jornal do Brasil” ser apenas uma “ilustração das posições do setor de bens de capital numa variedade de questões-chave que dizem respeito a seus interesses e à dinâmica da política nacional”²², buscando principalmente avaliar como as principais demandas políticas e econômicas deste setor ganharam mais visibilidade do que o resto dos empresários, podemos perceber a importante estratégia do jornal em utilizar a opinião deste setor – que, como afirma Boschi, tinha um maior peso em termos de consideração pública e governamental –, para expressar a opinião do dono e buscar o

de divulgação de produtos das empresas internacionais fornecedoras de equipamentos e máquinas para os empreiteiros, nos quais encontra-se também a própria Caterpillar. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, RJ, 2012. P.275-276.

¹⁷ Idem. P.274.

¹⁸ WAINER, Samuel. *Minha razão de viver – memórias de um repórter*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1988. P. 223.

¹⁹ Idem. P.224.

²⁰ BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. P. 213.

²¹ Idem. P.213-214.

²² Idem. P.213.

A CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR NA REVISTA *VEJA*: IMPRENSA, EMPREITEIRAS E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

atendimento das questões que também eram de interesse deste órgão.

Como podemos perceber e como demonstram pesquisas como a de Pedro Campos, as formas de atuação dos empresários do setor da construção “nos veículos de comunicação foram diversos, indo desde boletins internos de sindicatos até o controle de jornais diários de grande circulação em todo o país”²³. Além da revista *Visão* (apontada por César Júnior), do jornal Última Hora (apontado por Wainer) e do Jornal do Brasil (apontado por Bochi), Campos aponta para o diário Correio da Manhã, de propriedade da família Bittencourt, que em 1969 se vê encurralado pela ditadura e vende o jornal para um grupo de empreiteiros liderados por Maurício Alencar e Frederico Gomes da Silva, com intuito de criar um veículo para defender a candidatura de Andreaza à presidente na sucessão de Costa e Silva²⁴. Maurício de Alencar e seus colegas, posteriormente, compram também o Jornal Última Hora, consolidando “o poder desses empresários, fornecendo-lhes instrumento para influir sobre outros segmentos sociais e atuar junto a cargos e posições no aparelho estatal”²⁵.

Mesmo cientes da necessidade de atentarmos para as possibilidades dos vínculos entre algumas das empresas da construção civil e a revista *Veja* serem econômicos (recebendo “financiamentos”, serem matérias pagas, ou até mesmo relações empresarias entre a Editora Abril e determinadas empresas), a escassez de materiais sobre as empresas da construção civil e as delimitações da pesquisa nos limitaram a apenas perceber a revista *Veja*

como um aparelho privado de hegemonia, com afinidades políticas em torno de alguns projetos dessas empresas de construção, que foram evidenciadas através do discurso da revista. *Veja* é entendida enquanto um aparelho privado de hegemonia, na concepção gramsciana do termo²⁶, na busca/construção do consenso e também como lugar de articulação de interesses políticos e econômicos. Esta concepção implica em entender que a imprensa não apenas “noticia” e “defende” determinados projetos, mas é também responsável por encaminhar ações de sujeitos concretos. Como demonstram Lucia Wanderley Neves e Ronaldo Sant’Anna, o consenso é um importante instrumento de dominação da classe burguesa para a consolidação de sua hegemonia nas sociedades contemporâneas. No entanto, o consenso não é apenas um instrumento a ser utilizado pela classe burguesa. Segundo os autores, é também um poderoso meio de emancipação política das classes dominadas na construção de uma outra hegemonia: a da direção intelectual e moral, política e cultural da classe trabalhadora. É por isto que o conceito de hegemonia gramsciano, reflete a constante disputa pela direção da sociedade e a disputa pelos aparelhos responsáveis (aparelhos privados de hegemonia) pela colocação em prática da tese que atendam aos interesses das classes sociais, por meio dos quais estas classes obterão maiores ou menores chances de convencerem a totalidade da sociedade quanto à legitimidade de seus interesses específicos²⁷. Como afirma Guido Liguori,

²⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol.2. Os intelectuais. O princípio educativo. O jornalismo. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

²⁷ NEVES, Lucia Maria Wanderley & SANT’ANNA, Ronaldo. *Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia*. In: **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005. p.24.

²³ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros*. Op.Cit. p.274.

²⁴ Idem. P.298.

²⁵ Idem. P.300.

“não se trata só de ‘batalha das idéias’ mas de verdadeiros aparelhos estabelecidos para a criação do consenso”²⁸. Segundo Gramsci, “Existe luta entre duas hegemonias, sempre”²⁹.

Entendemos a imprensa como parte da sociedade e portadora de interesses de classe. Quando entendida em sua forma burguesa, podemos afirmar que a imprensa atua de maneira a manter e/ou ampliar as formas pelas quais as classes dominantes conseguem executar seus projetos, através da tentativa constante de estabelecimento de consenso e consentimento. Porém, ela participa também da luta de classes, por isto a importância da ação pedagógica da revista em construir continuamente um discurso que convença e controle. Entendemos *Veja* como um lugar onde os setores dominantes implementam seus projetos, apresentados e recobertos de suposta neutralidade, fazendo com que as classes dominadas tomem para si um projeto que não é seu, construído e destinado a atender os interesses do capitalismo. Segundo Carla Silva, a ação da imprensa é “uma ação de direção e de dirigente, e a formulação se dá sempre em conjunto com outros agentes”³⁰. Procuramos identificar o papel da revista *Veja* enquanto dirigente de classe, apontando caminhos, promovendo debates e organizando para os programas defendidos por ela. Compreendemos que o poder é exercido não apenas no interior da sociedade política, mas também no âmbito das mais variadas organizações e corporações da sociedade civil, neste sentido, também *Veja* exerce poder na sociedade.

A opção em trabalhar com a posição e discurso de *Veja* em relação à construtora Mendes Júnior neste artigo, justifica-se pelo fato dela ser a empresa cuja posição favorável e de defesa da revista *Veja* ficaram mais explícita no decorrer do trabalho. Além do mais, a Mendes Júnior teve uma relação bastante interessante com o aparelho de Estado durante toda a ditadura, como demonstra Pedro Pedreira Campos, atuando como uma das maiores empreiteiras do país durante a ditadura, tendo inserção e construindo para estatais como usinas na Cemig e Furnas, e para a Petrobrás, onde construiu cinco refinarias e sete plataformas. Segundo Campos,

O patrimônio da empresa e sua liderança nas obras de engenharia foram construídos muito por conta de contatos estabelecidos com agentes do aparelho de Estado e de sua adequação a diferentes contextos políticos da história do país, como os governos JK e o Médici³¹.

Como demonstra Pedro Campos, as relações entre aparelho de Estado e empresa marcam a trajetória de José Mendes Júnior desde 1926, quando este trabalhou na Secretaria de Agricultura e Viação de Minas Gerais. Saindo do “emprego público”, Mendes Júnior fundou uma firma particular de construção de estradas, a Construtora de Estradas Ltda (1942), que executou diversos serviços para o governo estadual. Em 1953 a companhia foi desmembrada, dando origem a Construtora José Mendes Júnior Ltda, liderada inicialmente por José Mendes Júnior, passando para a coordenação de seu filho, Murillo Mendes, sendo este o responsável pela construtora ao longo da ditadura.

²⁸ LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. - Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 2007. P.29.

²⁹ Apud. LIGUORI, Guido. Op.Cit. p.29.

³⁰ SILVA, Carla. ***Veja: O indispensável partido neoliberal 1989-2002***. Niterói: UFF, Tese de Doutorado. 2005. P.21.

³¹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A trajetória da Mendes Júnior: um caso emblemático de uma das empreiteiras da ditadura. In: *Anais do III Seminário de História Econômica e Social da Zona da Mata Mineira*. Juiz de Fora – MG: UFJF, 2011. P.11.

A CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR NA REVISTA *VEJA*: IMPRENSA, EMPREITEIRAS E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Para Campos, a ponte política entre o governo mineiro e a ditadura foi realizada com sucesso pela Construtora Mendes Júnior. Segundo o autor,

Para ajudar na efetivação dessa transição, a empreiteira contratou um militar para o seu quadro empresarial, o general Arthur Moura, que trabalhava na firma em 1972 e que tinha sido adido militar nos Estados Unidos. A Mendes Júnior também conseguiu atuar fortemente junto às obras tocadas pelas agências estatais lideradas por Mário Andreazza, cuja gestão como ministro dos Transportes (1967-1974) foi marcada por diversos contratos para a MJ [Mendes Júnior]³².

Como demonstra Campos, durante a ditadura os construtores estabeleceram vínculos com outras frações do empresariado, constituindo diversas associações que atuaram como aparelhos privados de hegemonia. Além disso, tiveram atuação também junto a sociedade política, no parlamento e nos partidos políticos. Ganham relevância, principalmente, pelas suas vinculações estabelecidas com os oficiais das forças armadas. Estas conexões permitiram perceber, segundo Campos, “como esses empresários se inscreviam na elaboração de projetos mais amplos que aqueles referentes à sua atividade produtiva, além de ser meio para obtenção de contratos e força política e econômica para a empresa particularmente”.³³

Entre as ligações políticas, no caso da Construtora Mendes Júnior, podemos visualizar e destacar a figura do coronel Mário Andreazza, ministro durante 13 anos na ditadura, que entre 1967-1974

“aproximou-se dos empreiteiros e liderou grandes projetos viários nacionais”³⁴, levando inclusive a empresa Mendes Júnior a patrocinar a edição da revista “O Empreiteiro” que homenageava o ministro³⁵; a figura de Eliseu Resende, que iniciou sua carreira como engenheiro na área de transportes no DER-MG, “tendo ali o primeiro contato com as empreiteiras mineiras”³⁶; bem como Delfim Netto, ministro de Estado, que, apesar de estar mais ligado a Sebastião Camargo (dono da Construtora Camargo Correa), tinha várias relações e realizou vários elogios públicos ao empresário da Mendes Júnior, “intercedendo nas concorrências em favor dessas grandes companhias”³⁷.

No caso de Delfim Netto, constatamos também nas páginas de *Veja* determinado “apreço” da revista para com o Ministro, responsabilizando-o pelos “sucessos” nas políticas de exportação da ditadura militar. As matérias referentes às ações de Delfim Netto são tomadas por frases elogiosas, chegando o dono da Abril, Victor Civita, a entregar um medalhão para Delfim Netto, em referência a uma das reportagens de *Veja* sobre as políticas econômicas do ministro, onde podemos tirar a conclusão da satisfação do dono de *Veja* pelas propostas econômicas do ministro.

A Construtora Mendes Júnior participou da construção das três obras analisadas no recorte de nosso estudo³⁸. Na Rodovia Transamazônica, a Mendes Júnior ficou responsável pela construção de dois

³⁴ Idem. P.354.

³⁵ Como já afirmamos anteriormente, houve também uma campanha patrocinada por empreiteiros, propondo a candidatura de Andreazza à presidência da república.

³⁶ Idem. P.359.

³⁷ Idem. P.422.

³⁸ 1968, quando a revista *Veja* é lançada, a 1978, buscando acompanhar os dez primeiros anos da revista.

³² CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros*. Op. Cit. P.108-109.

³³ Idem. P.338.

trechos e meio dos oito lotes da rodovia (dois lotes iniciais e mais meio, quando da saída da Construtora Cristo Redentor da licitação, onde seu lote foi dividido entre as empresas Mendes Júnior e S.A. Paulista, cada uma ficando com a metade). Entre as demais construtoras que participaram da obra estão a Camargo Correa (dois lotes); Queiroz Galvão (um lote); EIT (um lote); Rabello (um lote); Paranapanema (um lote). Lembrando que a construção de 50% da obra ficou a cargo dos Batalhões de Engenharia e Construção (BECs) que, sob a justificativa de garantir a “segurança nacional” também quiseram se beneficiar da construção da obra. Entre as várias justificativas utilizadas pela ditadura e reproduzidas por *Veja* para a construção da longa rodovia estavam:

O que o presidente chamou de “a maior epopéia do povo brasileiro” poderá ser também a obra que definirá o seu governo. Porque, fisicamente, rasga o território amazônico numa operação plástica de **efeitos imediatamente reconhecíveis**. Depois, porque contribuirá para aliviar as tensões no nordeste – a maior concentração por quilometro quadrado de combustão política em potencial³⁹.

Na Ponte Rio-Niterói, a Mendes Júnior figurava entre as empresas participantes do Consórcio B (depois chamado Consórcio Construtor Guanabara Ltda), que em primeira instância perdeu a licitação para a construção da obra. Quando da concorrência, o Consórcio A (chamado Consórcio Construtor Rio-Niterói – CCRN) apresentou maiores condições para a construção, além de um preço consideravelmente menor ao do segundo

consórcio. Formado pelas empresas CCBE, Ferraz Cavalcanti, Servix e Emec, o Consórcio Construtor Rio-Niterói iniciou a construção da ponte. No entanto, devido a uma série de complicações, acabou sendo destituído em 1971, sendo o contrato automaticamente repassado, sem nenhuma nova licitação, para o segundo lugar que executou a obra: Consórcio Construtor Guanabara, formado pelas empresas Camargo Correa, Mendes Júnior, Rabello e Sobrenco⁴⁰. Nesta “transição de contratos”, segundo Pedro Campos, foram essenciais as figuras de Delfim Netto e Andreazza para colocarem “panos quentes” em cima das críticas que surgiram pela ausência de nova licitação. Segundo o autor,

A ponte foi uma obra que trouxe em vários de seus aspectos a marca da ditadura: foi feita a toque de caixa, teve acusações de uso incorreto de dinheiro público, teve transição do consórcio construtor de maneira irregular, mortes e acidentes de operários, falta de planejamento esmiuçado, uso para efeito de propaganda do regime, prioridade dada ao transporte rodoviário, financiamento e dependência de agentes estrangeiros, edital direcionado, dentre outras polêmicas⁴¹.

O caso da Ponte Rio-Niterói se tornou bastante emblemático durante a pesquisa, tendo em vista que a revista *Veja* praticou certa censura durante o período em que a obra esteve a cargo do primeiro consórcio construtor (Consórcio Construtor Rio-Niterói). Notícias sobre a ponte só começaram a aparecer em *Veja* em finais de 1970 e início de 1971, quando o contrato foi

³⁹ *Veja*. Edição 94. **Delfim consegue incentivos**. 24/06/1970. P.34. (grifos meus).

⁴⁰ A Sobrenco, apesar de figurar entre uma das empresas do consórcio quando da licitação, acabou não participando da construção da ponte.

⁴¹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros*. Op. Cit. P.467.

rescindido. As primeiras matérias, de 1971, inclusive, se debruçaram a traçar toda uma história, desde os projetos imperiais de construção de uma ponte entre Rio e Niterói, passando pelos projetos da ditadura e o “fracasso” das iniciativas do primeiro consórcio construtor. Além de, é claro, justificar a entrega (sem nova concorrência) ao Consórcio Construtor Guanabara. Como exemplo, a edição 118, a primeira a tratar da construção da ponte, onde ficou clara a posição de *Veja* em defesa ao ministro Mário Andreazza:

Mais do que a qualquer complicada manobra política, a decisão do ministro Mário Andreazza, dos Transportes, de repartir o bolo da construção da ponte Rio-Niterói, parece atender ao **raciocínio simples mas eficiente** de que ninguém dá o que não tem. Informado pelos técnicos do DNER de que o consórcio construtor não conseguiria completar a obra no prazo (dezembro de 1971), o ministro preferiu **garantir o melhor resultado da maneira mais prática**. Em lugar de esperar que o descumprimento do contrato se tornasse evidente, para então cobrar as multas, antecipou-se e entregou parte da obra (30 a 40%) ao consórcio segundo classificado na concorrência pública⁴².

Na pesquisa pudemos evidenciar que foram várias as iniciativas de *Veja* de demonstrar que com o segundo consórcio a obra deslanchou. Neste sentido, apontamos para a contribuição de *Veja* no encobrimento da transição irregular, realizada pelo governo, ao segundo consórcio. “As controvérsias jurídicas e financeiras ficaram

igualmente explicadas”⁴³. Em especial, pudemos perceber a posição de destaque que a revista deu ao Consórcio Construtor Guanabara, como sendo o mais bem preparado, tendo em vista a participação de grandes empresas como a Camargo Correa e, principalmente, da Mendes Júnior neste segundo consórcio. Neste sentido, cogitamos a hipótese de a “censura” ou o “silenciamento” presente em *Veja*, ser uma forma de protesto ou de defesa da revista em relação à Construtora Mendes Júnior, hipótese esta ainda mais sustentada após percebermos a grande ênfase que a revista deu à construtora durante os anos de pesquisa que serão demonstrados adiante.

Para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, participaram da concorrência as empresas Camargo Correa, Cetenco, CBPO, Mendes Júnior e Andrade Gutierrez. Segundo Campos, “em condições obscuras, a Eletrobrás resolveu fazer todas elas vencedoras, dividindo os 90% dos serviços da obra entre as cinco firmas brasileiras, além de 6 empresas paraguaias, que ficavam com 10%”⁴⁴. Ao contrário da Transamazônica – que nunca chegou a ser concluída –, ou da Ponte Rio-Niterói – cujo processo de construção ainda é envolto em mistérios –, a Hidrelétrica de Itaipu é uma das obras que mais deram retorno ao governo ditatorial, tendo em vista a sua “portentosa” geração de energia. Este argumento, aliás, foi utilizado por *Veja* para justificar todos os aspectos negativos que foram aparecendo com a construção da obra (alagamento de terras férteis, desapropriação de moradores, destruição de fauna e flora, alagamento das Sete Quedas, etc.). De maneira geral, podemos afirmar que a construção da usina foi a que menos teve

⁴² *Veja*. Edição 118. Rio/GB. **Ponte repartida**. 09/12/1970. P.24. (grifos meus).

⁴³ *Veja*. Edição 287. **A longa rota sobre o mar**. 06/03/1974. P.20.

⁴⁴ *Idem*. 481.

destaque, em relação às empresas construtoras, em *Veja*, pelo fato de não haver muita disputa em torno da construção da obra. Os únicos atritos que mereceram pequenas colunas em *Veja*, foram entre a construtora Andrade Gutierrez e o governo, tendo em vista que a empresa havia vencido o primeiro edital de concorrência para a escavação do canal do rio Paraná e no final o governo teria decidido atribuir a construção às cinco empresas que apresentaram concorrência. No entanto, a justificativa da decisão do governo é apresentada pela revista: apesar de apresentar a menor proposta, o “percentual de gastos em guaranis da Andrade Gutierrez era de apenas 1,8% do total do contrato, enquanto o percentual do segundo colocado era de 22%”⁴⁵. Ou seja, o que justificaria, para *Veja*, a mudança do governo era a reclamação dos paraguaios e não a tentativa de beneficiar outras empresas que teriam mais relações com a ditadura.

Como já demonstramos em outros trabalhos⁴⁶, a construção de Itaipu é a que mais tem destaque em *Veja* em relação aos benefícios que traria para o Brasil e ao Paraguai, tendo em vista que seu potencial energético proporcionaria o desenvolvimento do parque industrial dos dois países.

A pesquisa nos permitiu demonstrar ainda uma mudança na postura de *Veja*, com o passar do tempo, em relação à Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói. Apresentadas com um tom de exaltação e como sinônimo de progresso durante o período em que estavam sendo construídas –

onde é possível perceber a nítida atuação da revista na legitimação das obras –, as mesmas receberam o questionamento e a crítica por parte da revista, passado pouco tempo da sua construção. A revista simplesmente parou algum tempo de falar do assunto e quando retomou, tomou uma postura totalmente diferente e procurou descartar todos os vestígios que apontavam para uma posição elogiosa em um passado não muito distante. Um exemplo nítido dessa postura é a matéria de capa da edição 339, de 05 de março de 1975, quando a revista pára para analisar “A aventura das obras públicas”. Associando o fato de que as obras públicas acabam, no Brasil, sempre só sendo julgadas tecnicamente e não politicamente, servindo na maioria das vezes, para “eternizar governos”, *Veja* afirma:

Assim também a ponte Rio-Niterói, se já foi consagrada como realização da engenharia brasileira, aguarda ainda o julgamento das administrações que resolveram construí-la. E esse depende, como em todas as obras, de demonstrar que os critérios de sua prioridade levaram, realmente, o dinheiro público ao emprego socialmente mais rentável que era possível fazer naquele momento. De um lado, existem obras de comprovada significação, como é o caso do metrô de São Paulo, inaugurado no último sábado. De outro, estão tantas outras que, nos últimos anos, incendiaram a imaginação nacional: a rodovia Transamazônica, projetada em seis meses e não concluída em cinco anos (...).⁴⁷

No entanto, o caso de Itaipu foi diferente. Ao menos durante o período em que acompanhamos a posição de *Veja*.

⁴⁵ *Veja*. Edição 371. Itaipu. A arrancada. 15/10/1975. P.94.

⁴⁶ RAUTENBERG, Edina. *Veja* e Itaipu: o discurso da revista em relação à construção da hidrelétrica. In: **Anais da VIII Semana Acadêmica de História da Unioeste** – História e Revoluções no Mundo Contemporâneo. Marechal Cândido Rondon, UNIOESTE, 2011.

⁴⁷ *Veja*. A aventura das obras públicas. 05/03/1975. P.61.

Quando da abertura das comportas, em novembro de 1982, *Veja* publicou uma matéria com várias páginas, muitas imagens, explicações técnicas, para mostrar “que tudo vai bem”. Na conclusão da matéria, *Veja* afirma:

Satisfeito com esses requintes e, claro, com o **avanço seguro das obras**, o governo vê Itaipu com **olhos amorosos**. Afinal, ao contrário de algumas obras monumentais que marcaram o início dos anos 70, como a Transamazônica e a Perimetral Norte, **Itaipu chegou para ficar** e, sobretudo, não corre o risco de transformar-se com o tempo em bandeira de partidos oposicionistas. Naturalmente, adversários do governo sempre alegarão que um país pobre gastou muito dinheiro na construção da maior hidrelétrica do mundo, ou que Itaipu poderia esperar mais alguns anos antes que sua silhueta emergisse do Rio Paraná. **Mas ninguém poderá sustentar que ali surgiu uma obra dispensável**. Quando estiver pronta para iluminar ruas e casas, permitir a industrialização da fronteira e afastar para sempre o fantasma da escassez de energia elétrica, Itaipu terá mudado um pouco mais a face do país – **para melhor**⁴⁸.

Ou seja, os contornos da construção de Itaipu permaneceram sendo mostrados por *Veja* com destaque e apontando para o progresso que proporcionariam para o Brasil, chegando a revista a defender que a hidrelétrica seria uma obra indispensável.

Como podemos perceber, as relações entre as empresas construtoras e a ditadura militar por muitas vezes ocorreram de maneira tendenciosa e obscura. As “grandes

obras”, além de servirem como propaganda da ditadura, foram de extrema importância para o desenvolvimento e fortalecimento dessas empresas da construção civil. Como já afirmamos anteriormente, a Construtora Mendes Júnior está entre as empresas que mais se desenvolveram durante este período, tornando-se uma forte empresa no campo do empresariado brasileiro. Neste sentido, passemos a apresentar as formas com que a empreiteira é apresentada pela revista *Veja*, problematizando e analisando a posição de defesa da revista em relação à construtora.

Lembramos ainda que esta atenção que é dada por *Veja* à Construtora Mendes Júnior a ponto de construir matérias específicas para falar da empresa, que pretendemos demonstrar a partir deste momento, não é realizada para com as outras empresas da construção civil. Este foi um dos elementos que nos chamou atenção durante a pesquisa e que justificam a análise deste artigo ser centrada na relação de *Veja* com a Mendes Júnior.

A primeira matéria que nos conduziu a investigar as relações de *Veja* com a Construtora Mendes Júnior mais a fundo é a edição 95 de julho de 1970. A matéria tratava do lançamento de edital de concorrência pública, pelo DNER, para a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, correspondendo um trecho de 3.000 quilômetros de estradas. O que mais nos chamou a atenção na matéria é a forma com que ela é escrita: parece estar diretamente direcionada as empresas construtoras que deveriam se candidatar para a construção da obra. Em muitos momentos a revista pareceu estar falando com os empreiteiros que também seriam leitores da revista. Como exemplo, já no segundo parágrafo, após falar da iniciativa do governo em formular os projetos, *Veja* afirma: “Agora, cabe aos senhores

⁴⁸ *Veja*. Edição 739. Ambiente. **O colosso hidrelétrico**. 03/11/1982. P.62. (grifos meus).

proprietários das empresas construtoras que atendam as exigências contratuais do DNER evocarem o espírito bandeirante. O governo prometeu à nação, e pretende dos senhores, a obra concluída em dezembro de 1971⁴⁹. A revista segue a matéria alertando que a construção não seria uma tarefa tranqüila: haveria a necessidade de revestir (na primeira etapa) a estrada com cascalho; haveria problemas com a travessia de rios e banhados, necessitando um grande volume de aterro para elevar o leito da estrada; “os períodos constantes de chuva, a malária, os acidentes e até mesmo os índios hostis serão uma constante em suas trilhas”⁵⁰.

Além dos “problemas mais sérios”, as empresas que decidissem se candidatar para a licitação, precisavam estar cientes de que “o governo exigirá todo o cuidado das construtoras em relação a seus empregados”⁵¹. A revista apresenta alguns dos itens contratuais, como construir acampamentos nos pontos mais adequados para o estabelecimento de núcleos coloniais pioneiros, e instalações visando a prestação de assistência técnica para os futuros colonos. Além disso, os candidatos deveriam estar cientes de que, caso vencessem, deveriam oferecer assistência médica e escolar aos trabalhadores recrutados. Outras informações como datas para o protocolo das propostas e valores orçados para os contratos, são também apresentados pela revista, o que deixa ainda mais evidente o direcionamento do texto as empresas.

Por fim, no meio da matéria, solta no meio do texto e sem nenhuma referência na redação que explicasse a utilização do mesmo, está um quadro cujo título “Os favoritos”, apresenta as “doze maiores

construtoras brasileiras” que teriam “as maiores chances de vencer a concorrência da Transamazônica”⁵². Entre as empresas estão, em ordem de colocação e de capital em “milhões de cruzeiros”, as empresas: Camargo Correa (155 milhões), Tenco (100 milhões), Mendes Júnior (52 milhões), Rabelo (46 milhões), Brasileira de Projetos e Obras (41 milhões), C.R. Almeida (33 milhões), Sobrenco (24 milhões), CCBE (24 milhões), Constran (22 milhões), Metropolitana de Construções (21 milhões), Rossi Engenharia (20 milhões), e Indústrias Reunidas Star (20 milhões).

Além de possibilitar uma visualização do capital das principais empresas de construção no período, o quadro nos chamou atenção por dois motivos: primeiro pela disparidade de capital da Camargo Correa com as demais colocadas (55 milhões a mais que a segunda colocada e mais de 100 milhões a mais que a terceira); segundo porque, apesar da Camargo Correa aparecer em primeiro lugar e em disparidade gritante com as demais colocadas, a empreiteira cogitada por *Veja* a ganhar a concorrência, na próxima edição em que a revista fala do edital de concorrência (Edição 99), é a Mendes Júnior (terceira colocada) e não a primeira colocada. Segundo a revista,

Nesta semana, o DNER deve anunciar as firmas vencedoras da concorrência. **Um dos nomes já é praticamente certo: Construtora José Mendes Júnior S.A.**, uma das cinco grandes do ramo no país, vista por muitos com a de trabalhos mais bem acabados, e que apresentou as propostas de preço mais baixo para quase todos os cinco trechos. Na quarta-feira da semana passada, no salão de espera do diretor do DNER,

⁴⁹ *Veja*. Edição 95. Empreiteiros. **Divisão da selva**. 01/07/1970. P.42.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ *Idem*.

⁵² *Idem*. Quadro “Os Favoritos”.

A CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR NA REVISTA *VEJA*: IMPRENSA, EMPREITEIRAS E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Eliseu Resende, o presidente da companhia, Murilo Mendes, mineiro imponente fumando seu grosso charuto, foi recebido pelos representantes de outros dois grandes – Construtora Rabello e Camargo Correia – **com saudações de vencedor**⁵³.

Ou seja, antes mesmo de sair o resultado, *Veja* já tinha certeza da vitória na licitação da construtora Mendes Júnior. Mesmo sendo a terceira colocada entre as “favoritas” apresentadas na edição 95, a revista tinha mais certeza da vitória da Mendes Júnior do que da Camargo Correa ou a Tenco, primeira e segunda com maior capital do Brasil. Ou, preferiu atribuir mais certeza a ela do que as outras.

O favoritismo de *Veja* ficou ainda mais explícito quando, enfim, saiu o resultado da licitação para construção da Transamazônica. Em 12 de agosto de 1970, a revista qualifica o resultado da concorrência como “Vitória da família”. Com a pergunta “Por que vencemos?” a revista inicia descrevendo um “senhor de setenta anos, 48 de engenharia”, folheando um álbum de setenta páginas com cinquenta e oito fotografias, mostrando “as maiores obras da Construtora Mendes Júnior”⁵⁴. Segundo *Veja*,

Assim, José Mendes Júnior explica a vitória de sua firma empreiteira para a execução de dois grandes trechos da Transamazônica, um de 280 km (Estreito-Marabá) e outro de 300 km (Rio-Repartimento-Altamira), de um total de cinco cobrindo uma extensão de 1.290 km postos em concorrência pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Uma

conquista que, afinal, prefere atribuir a seus filhos, com os quais organizou em dezembro de 1953 a construtora⁵⁵.

Das empresas que ganharam a licitação, a Construtora Mendes Júnior foi a única anunciada por *Veja* naquele momento, além de ser a única a “merecer” uma matéria dedicada a traçar a trajetória da empresa e do seu “modesto” fundador: José Mendes Júnior. Em tom de exaltação, *Veja* procurou caracterizar a origem de “uma potência que, só em equipamentos, movimenta mais de 15 milhões de dólares”⁵⁶. Estaria na figura simples, honesta e trabalhadora do seu fundador. Segundo *Veja*,

Todo esse império começou a nascer quando o filho de um modesto dono de armazém de secos e molhados, o português José Mendes Correa, e da Dona Angela, italiana, se formava na Escola de Engenharia de Juiz de Fora, em 1922. Estudante pobre, costumava copiar livros que não podia comprar (...) ⁵⁷.

Percebe-se que *Veja* procurou construir toda uma “boa imagem” em torno do dono da Mendes Júnior, enfatizando elementos que a revista iria reafirmar posteriormente em outras edições: a de que a Construtora vence a maioria das licitações não por ter relações obscuras com o governo, mas sim pelo mérito, já que a honestidade sempre fizera parte da empresa.

Um desses exemplos é a edição 169, de dezembro de 1971, onde, em matéria problematizando as “confusas relações entre administradores e empreiteiros”⁵⁸ que fizeram parte da história brasileira,

⁵³ *Veja*. Edição 99. **Estradas divididas**. 29/07/1970. P.38.

⁵⁴ *Veja*. Edição 101. Concorrência. **Vitória da família**. 12/08/1970. P.27.

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ *Idem*.

⁵⁷ *Idem*.

⁵⁸ *Veja*. Edição 169. **O empreiteiro: culpado ou inocente?** 01/12/1971. P.27.

principalmente durante o governo de Juscelino Kubitschek, *Veja* dedica uma coluna inteira para afirmar que este não seria o caso da construtora Mendes Júnior. Interessante que até aquele momento, *Veja* vinha discorrendo sobre as empreiteiras de maneira geral, sem citar o exemplo ou o nome de nenhuma empresa. No entanto, ao falar das “históricas ligações entre empreiteiros e governo”⁵⁹ relacionando as ligações ao PSD e a UDN, *Veja* passa a utilizar o singular e traz o caso da Construtora Mendes Júnior. Segundo a revista, apesar de no passado a região de Minas Gerais ser conhecida pela divisão entre empreiteiras do PSD e empreiteiras da UDN, a razão do sucesso da construtora Mendes Júnior (com 10.600 empregados, contratos no valor de 1,3 bilhão de cruzeiros, obras em todo o Brasil e no exterior), não poderia ser explicada como resultado de uma proeza política. Segundo *Veja*,

No seu escritório, no último pavimento de um edifício de vinte andares no centro de Belo Horizonte, José Mendes Júnior dirige esse império e não parece nem um pouco preocupado com os destinos da Arena mineira. **Nem teria motivos para isso.** Sua empresa, uma das que mais cresceram no setor (está entre as cinco maiores), teria inúmeros outros argumentos para conseguir contratos com o governo (representam 95% do movimento da firma). Quando se apresentou como candidata a dois trechos da Transamazônica, a Mendes Júnior relacionou suas obras mais importantes, todas executadas depois de 1961: em Furnas movimentou 800.000 m³ de terra e bateu o recorde brasileiro de concretagem; em Boa Esperança, no Piauí,

construiu uma barragem de 5.000 m. (...)⁶⁰.

Após “defender” a empresa de qualquer tipo de desconfiança quanto às licitações – já que como mostra *Veja* os méritos eram todos frutos do trabalho da construtora e os números aparecem para comprovar isto –, a revista voltou a discorrer de maneira generalizante, apontando para os poderes que os empreiteiros adquiriram após o governo JK. Os nomes das construtoras voltam a aparecer apenas de maneira geral, para se referir às construções ou à sua classificação no ranking das maiores do país.

Em 26 de setembro de 1973, *Veja* publicou uma matéria falando da “Saúde precária” das construtoras. Segundo a revista, apesar do Brasil estar vivendo “um grande ‘boom’ no setor da construção civil, com uma infinidade de obras, como estradas, pontes e usinas”⁶¹, um estudo realizado pelos sindicatos da classe havia demonstrado que “80% das empresas estão em má situação financeira”⁶².

Interessante notar que, para avaliar o que estaria acontecendo com as empresas que justamente no momento em que mais se constrói estariam entrando em decadência, *Veja* traz o diagnóstico do engenheiro Murillo Valle Mendes, vice-presidente da Mendes Júnior,

a segunda maior construtora do país e **seguramente fora das 80% “doentes”**, acha que o setor vem sofrendo de males orgânicos incontrolláveis – tais como o hábito de aviltar o preço das obras para conquistar as concorrências ou tomar dinheiro

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem. (grifos meus).

⁶¹ *Veja*. Edição 264. Construtoras. **Saúde precária**. 26/09/1973. P.122.

⁶² Idem.

A CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR NA REVISTA *VEJA*: IMPRENSA, EMPREITEIRAS E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

emprestado sem analisar corretamente custos e prazos⁶³.

Além de trazer a “voz autorizada” do empresário, que apareceu também em várias outras matérias, a revista continua discorrendo sobre a situação das construtoras, criticando o governo, tendo em vista as concorrências “nebulosas” que muitas vezes seriam os motivos da decadência de algumas empresas. “Mas é provável que exista alguma coisa errada nos sistemas de julgamento das concorrências”⁶⁴. Interessante notar que nas duas críticas apresentadas por *Veja* percebemos que há a interpelação para a Mendes Júnior: A primeira crítica da revista para comprovar o erro do governo seria a construção da ponte Rio-Niterói, onde o primeiro consórcio responsável – o Consórcio Construtor Rio-Niterói – , teria “gasto 100% das verbas previstas e realizado apenas 5% da obra correspondente”⁶⁵. Como já demonstramos, o primeiro consórcio foi destituído em 1971, sendo a obra repassada de maneira ilegítima para o segundo consórcio (onde figurava a construtora Mendes Júnior), e onde se precisou de “panos quentes” para legitimar a ausência de nova licitação; A segunda crítica da revista ao governo estaria no fato de que, “apesar da comprovada capacidade, as construtoras nacionais sofrem a concorrência das estrangeiras dentro do país”⁶⁶. Isto se daria, segundo *Veja*, apesar da lei assinada pelo presidente Emílio Médici que mandava dar preferência à engenharia brasileira nas obras que ela teria capacidade de realizar. Como exemplo das empresas abaladas por esta falta de cumprimento da lei, *Veja* cita só o caso da

Mendes Júnior: “Como aconteceu no início de 1973 em Minas, onde a obra da hidrelétrica de São Simão, segundo todas as indicações, seria vencida pela Mendes Júnior. Mas ela acabou sendo entregue à Impresit Girola, construtora pertencente ao grupo italiano Fiat”⁶⁷.

Como podemos perceber – sendo estas também afirmações baseadas em pesquisas mais aprofundadas em relação a *Veja* – a revista, apesar de adotar na maioria das vezes uma postura de defesa aos projetos da ditadura, colocava-se contra ela quando as medidas governamentais feriam seus interesses ou os interesses de grupos a quem a revista defendia. No caso em questão, *Veja* adotou uma postura crítica as medidas ditatoriais, em especial ao não cumprimento da lei que defendia as construtoras nacionais, pelo fato de empresas como a Mendes Júnior serem prejudicadas⁶⁸.

Por fim, para concluir a matéria sobre a “saúde precária” das construtoras e garantir que a Mendes Júnior não estaria entre as em decadência, *Veja* narra sobre as iniciativas da empresa no exterior. Além de uma obra realizada na Bolívia a empresa estaria se preparando para participar de uma concorrência para construir um autopista que ligaria a cidade de La Paz ao seu

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Também em 1975, na seção “Investimentos” da revista, a construtora Mendes Júnior apareceu no mínimo duas vezes, com números visando provar que ela não estaria sendo afetada pelos “maus ventos que com alguma insistência castigaram o setor de construções” (*Veja*. Ed.331. Investimentos. **Antena**. 08/01/1975). Na edição 331, *Veja* afirma que a empresa teria encerrado o ano de 1974 com um faturamento de 750 milhões de cruzeiros, superior em 42% no faturamento de 1973. Como perspectiva, o faturamento de 1975 estaria previsto para 100 milhões. Na edição 379, a revista anunciava uma bonificação de 110% para os acionistas da empresa Mendes Júnior, tendo em vista a elevação do capital da empresa. (*Veja*. Ed.379. Investimentos. **Empresas**. 10/12/1975.)

⁶³ Idem. (grifos meus).

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

aeroporto, que, segundo afirmação do próprio Murillo Mendes ao repórter de *Veja*, haveria grandes chances de ganharem.

Ainda em relação à crítica de *Veja* ao governo quando do não cumprimento da lei que exigia que houvesse preferência das empresas nacionais para construção das obras, em especial, o caso da derrota da Construtora Mendes Júnior para um grupo paranaense associado à Fiat italiana, para a construção da usina de São Simão, no rio Grande, já citado anteriormente, é interessante destacar a matéria que *Veja* dedica para relatar “a desilusão da derrota” de José Mendes Júnior, por ter perdido a licitação, “a primeira, desde que, em 1960, construiu a represa de Furnas e consolidou a presença de sua empresa na execução dos mais importantes projetos hidrelétricos do país”⁶⁹.

Na matéria, *Veja* aponta para as iniciativas, após a derrota, tomadas por José Mendes Júnior de pagar matérias em jornais e de fazer circular sigilosamente entre autoridades federais, “um relatório de 54 páginas procurando demonstrar que sua proposta, embora com custo de 8 milhões de cruzeiros superior ao de seu concorrente, seria mais vantajosa”⁷⁰. Segundo a revista, “a empresa mineira afirmava estar sendo vítima de um tratamento desigual. Enquanto ao seu competidor era permitido importar equipamentos sem pagamento de impostos, a Mendes Júnior não poderia fazê-lo”⁷¹. E, no restante da matéria, *Veja* atua quase como uma “advogada” da empresa, demonstrando as “injustiças” cometidas contra a construtora; o que o Brasil deixaria de ganhar com a presença da construtora estrangeira (a Fiat contrataria todo o seu pessoal no exterior, daria lucro para o

parque industrial italiano ao invés do brasileiro, etc.); além de criar suposições de uma “escuridão” que envolveria a vitória da Fiat. Segundo *Veja*,

O raciocínio de que é mais patriótico pagar menos por um quilowatt produzido por menor custo, poderia estar conduzindo o pensamento do presidente da Cemig, João Camilo Penna, quando definiu para *Veja* como “puro ato de nacionalismo” a entrega de São Simão ao consórcio italiano. Para tão surpreendente conceito, Penna é ao mesmo tempo evasivo e ameaçador, limitando-se a lamentar a impossibilidade de “revelar alguns fatos que significariam muito mais que mil palavras”.

A hidrelétrica de São Simão só vai começar a produzir energia em 1978 e, até lá, é bem provável que **não haja luz suficiente para esclarecer os fatos**⁷².

É nítida a tentativa da revista em defender a Construtora Mendes Júnior, denunciando a possibilidade de haver processos ilícitos envolvendo o governo na escolha da empresa italiana, o que teria prejudicado a construtora brasileira. Estas denúncias já estavam presentes na edição 234, quando *Veja* falava da instalação de uma fábrica de automóveis da Fiat no Brasil, e apontava para a denúncia do deputado do MDB, Dalton Canabrava, que “acha que a Fiat só instalaria a sua fábrica em Minas se ganhasse a concorrência da usina – obra de 700 milhões de cruzeiros”⁷³. É possível perceber que, na época, a revista utilizara-se da fala do deputado para insinuar uma possível ilicitude, já que ainda não haviam sido definidos os resultados da concorrência

⁶⁹ *Veja*. Edição 244. Empreiteiros. **A Fiat vitoriosa**. 09/05/1973. P.26.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem.

⁷² Idem. (grifos meus).

⁷³ *Veja*. Edição 234. **O carro da política mineira**. 28/02/1973. P.61.

e os dois grupos estavam empatados. Posteriormente, quando da derrota da Mendes Júnior, a revista primeiro aponta para a obscuridade (Edição 244), mesmo estando clara a sua defesa e indignação pela empresa brasileira. Já na edição 264, como demonstramos, a revista atribui a crise no setor da construção às iniciativas do governo de dar preferência aos grupos estrangeiros e faz menção direta ao caso da perda da concorrência da construtora Mendes Júnior para a Fiat.

Em outubro de 1978 *Veja* publicou uma matéria aprofundando os “méritos” da internacionalização da Construtora Mendes Júnior e suas obras no Iraque. A matéria inicia metaforizando a partir da afirmação de que um contingente de 8.000 brasileiros invadiriam o Iraque, iniciando uma batalha que se prolongaria por mais de quatro anos. No entanto, não se trataria de uma operação bélica. Segundo a revista,

O exército, no caso, será formado por trabalhadores e engenheiros comandados pela construtora brasileira Mendes Júnior. Com grande experiência em obras no exterior – além de uma hidrelétrica na Colômbia, ela concluiu, este ano, uma rodovia de 606 quilômetros que atravessa o deserto do Saara, na Mauritània –, a mineira Mendes Júnior acaba de vencer outra concorrência internacional. Deste vez, depois de derrotar cinco empresas dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Iugoslàvia e Índia, ela foi escolhida pela Iraque Railway para a construção de uma gigantesca estrada de ferro no país⁷⁴.

O contrato com o Iraque seria “o maior contrato de exportação de serviços já

firmado por uma empresa brasileira no exterior”⁷⁵. Renderia à Mendes Júnior uma injeção de 300 milhões de dólares por ano, mais do que o dobro do seu faturamento em 1977. Importante ainda ressaltar no acordo, a presença ativa do ministro da Indústria e do Comércio, Ângelo Calmon de Sá, nas negociações, já que havia sido “necessária a participação direta do governo brasileiro no negócio, como avalista da Mendes Júnior – uma vez que as duas outras concorrentes finalistas eram empresas estatais da Iugoslàvia e da Índia”⁷⁶. Percebe-se que a revista procura aparentar uma certa naturalidade ao fato do governo brasileiro atuar como avalista de uma empresa privada. Além disso, a revista conclui afirmando que o acordo firmado pela Mendes Júnior no Iraque beneficiaria também outras empresas brasileiras como a Volkswagen do Brasil que iria exportar 7.000 mil carros para o mercado iraquiano, e a indústria nacional de vagões e locomotivas que teria previsão de equipar a nova ferrovia construída pela Mendes Júnior. Ou seja, para *Veja*, a Mendes Júnior além de ser uma empresa “brasileira” de destaque no exterior, seria a porta para também outras empresas expandirem seus negócios.

Esta “naturalidade” com que *Veja* apresenta alguns elementos, tornando-os como fatos “dados”, por muitas vezes nos chamou atenção durante a pesquisa. Um exemplo é a já citada edição 169, quando *Veja* discorre sobre as “confusas relações” entre governo e empreiteiros que já faziam parte da história do Brasil. Ao falar da relação das empresas durante o governo JK, a revista apresentou um dado instigante que é colocado sem nenhuma problematização por parte da revista. A revista vem falando da tentativa de Roberto Campos, durante o

⁷⁴ *Veja*. Edição 527. Negócios. **Estrada do ouro**. 11/10/1978. P.137.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Idem.

governo JK, de relacionar dez firmas especializadas em rodovias, o que não teria sido possível na época por falta de grandes empresas. Segundo *Veja*,

Cinco anos mais tarde a nova classe dos **empreiteiros já detinha tanto poder** que diante da ameaça, com a posse de Jânio Quadros, de uma drástica redução no volume dos contratos, **eles próprios tomavam a iniciativa de contratar os serviços de Roberto Campos**. Queriam um estudo para reformulações da política cambial, atingindo a taxa do dólar, para aumentar os recursos do Fundo Rodoviário Nacional⁷⁷.

Ou seja, apesar da visível tentativa de *Veja* em demonstrar a rápida “evolução” ou aumento de poder dos empreiteiros em poucos anos, o que se vê são empresas privadas procurando conduzir as rédeas da política, acontecimento mencionado pela revista como sendo algo corriqueiro ou banal.

É importante ainda destacar que, entre os anos de 1974 e 1975, quando há um declínio nas obras públicas, *Veja* publicou várias matérias falando dos encontros realizados pelas empresas da construção, visando discutir o problema. Como exemplo, temos as matérias de 18 de dezembro de 1974, quando *Veja* aponta para os resultados do II Encontro Nacional da Construção, que teria reunido cerca de setecentos empresários no Rio de Janeiro. Segundo a revista, “os empresários mostraram-se mais preocupados com a descontinuidade em si das obras públicas. Tanto que sugeriram a criação de um Conselho Nacional de Obras Públicas, que

se encarregaria da elaboração de um Plano Nacional de Construção”⁷⁸.

Outros exemplos ainda são o encontro do setor realizado em São Paulo em junho de 1975, onde *Veja* procurou reproduzir a preocupação dos empreiteiros na construção de um documento endereçado ao governo, cobrando novas obras, pagamento por serviços já prestados, apresentando números sobre os desempregos na área, além de “análises detalhadas de toda a infraestrutura de transportes e energia do país”⁷⁹.

Como procuramos demonstrar ao longo deste artigo, a revista *Veja* desde a sua fundação, vem atuando como um partido, defendendo projetos, formulando concepções e levando à ações concretas. Como uma empresa, *Veja* atua na sociedade, criando consenso em torno de seus interesses ou dos interesses que a revista defende. E consegue fazer isto através de artifícios liberais como os de “neutralidade” ou de “quarto poder”. Porém, como foi possível evidenciar durante nossas pesquisas, a revista toma sim um posicionamento diante dos fatos e procura criar a ideia de que este posicionamento é o mais próximo da verdade. A análise do discurso⁸⁰, associada com reflexões sobre os “padrões de manipulação da grande imprensa”⁸¹, bem como o entendimento de

⁷⁸ *Veja*. Edição 328. Construção. **Temas de costume**. 18/12/1974. P.122.

⁷⁹ *Veja*. Edição 356. Obras Públicas. **Um empurrão**. 02/07/1975. P.75.

⁸⁰ Baseada em referenciais marxistas como as obras de Freda Indursky e Eni Orlandi.

INDURSKY, Freda. *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Saca, 1999.

ORLANDI, Eni. *Discurso e textualidade*. Campinas, Pontes, 2006.

⁸¹ Entre eles as obras de: ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003; e RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis RJ: Vozes, 1999.

⁷⁷ *Veja*. Edição 169. **O empreiteiro: culpado ou inocente?** 01/12/1971. P.27.

A CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR NA REVISTA *VEJA*: IMPRENSA, EMPREITEIRAS E DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Veja enquanto um aparelho privado de hegemonia, permitiram-nos demonstrar a atuação da revista durante a ditadura civil-militar brasileira, auxiliando na legitimação e na propaganda das grandes obras, não por estar sendo censurada pelos órgãos de repressão, mas sim por haver consonância da revista com alguns dos interesses e projetos da ditadura. No caso das empresas da construção civil, percebemos o quanto é clara a atuação e defesa de *Veja* em relação a uma empresa em específico: a Construtora Mendes Júnior. Durante todo o período analisado a revista procurou legitimar a participação da empreiteira nas grandes obras da ditadura, convencendo o leitor de que as vitórias nas licitações eram mérito da empresa e não fruto de beneficiamentos ou de relações ilícitas com o governo. Além disso, como pudemos perceber, a revista por muitas vezes atuou na defesa da Construtora Mendes Júnior quando esta teve seus interesses feridos.

Infelizmente a pesquisa não nos permitiu evidenciar as ligações orgânicas entre os empreiteiros e a Editora Abril da mesma forma que fizeram Boschi com o Jornal do Brasil, Cezar Júnior com a Visão, ou Campos com o Última Hora e o Correio da Manhã. No entanto, acreditamos que a análise e demonstração do discurso de *Veja* em relação à Construtora Mendes Júnior apontam para a utilização, por parte da empreiteira, da revista para atingir seus interesses. Como afirma Campos, apesar dos empreiteiros serem defensores de determinadas concepções de desenvolvimento, há elementos destas concepções e projetos que os associam ou identificam com outras frações dominantes. Segundo Campos, “a história do país mostra grande interesse dos empresários da construção pelos veículos de comunicação

de ampla circulação”⁸². Neste sentido, percebemos uma via de mão dupla: os empreiteiros se utilizavam dos meios de comunicação para atingir certos objetivos, geralmente relacionados ao Estado e às políticas públicas e com isso influíam de maneira pontual no que era publicado nestes meios; e em troca, a imprensa – com afinidades e interesses afins aos empreiteiros, relacionados à difusão de ideias, valores e projetos, bem como pela sua atuação como um instrumento político junto as agências do aparelho estatal – se aproveitava do interesse dos empreiteiros como suporte financeiro e como difusão de ideias.

Estas questões, somadas a vários outros elementos que pudemos levantar no decorrer da pesquisa com a *Veja* e que não puderam ser todos evidenciados neste artigo, nos comprovam a atuação da revista enquanto aparelho privado de hegemonia. No entanto, sem esta análise rigorosa, por muitas vezes “comparamos” as notícias veiculadas pela imprensa, sem nos darmos conta da “formação” de opinião que na sua grande maioria, estão embutidas nelas. Neste sentido, a importância social deste trabalho com a imprensa e da necessidade do desvendamento das relações que envolvem a imprensa capitalista.

Recebido em: 21/01/2013

Aceito em: 07/03/2013

⁸² CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos empreiteiros*. Op. Cit. P.289.